

ANDRADINA-SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADINA - SÃO PAULO

TERAPEUTA OCUPACIONAL



**APOSTILA
COMPLETA**



**MATERIAL PARA
DOWNLOAD**



**TEORIA E
QUESTÕES**

**EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO
N.º 001, DE 30 DE JUNHO DE 2026**

AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.

✖ Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.maxieduca.com.br>



Prefeitura de Andradina - SP
Terapeuta Ocupacional

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão, interpretação, estruturação e articulação de textos	1
Significado contextual de palavras e expressões; vocabulário	6
Ortografia.....	10
Acentuação.....	16
Classes, formação e emprego das palavras	19
Significação das palavras: sinônimas, antônimas, parônimas e homônimas	37
Colocação pronominal.....	37
A oração e seus termos. O período e sua construção: coordenação e subordinação ...	40
Flexão nominal e verbal. Emprego de tempos, modos e vozes verbais	46
Concordância nominal e verbal	51
Regência nominal e verbal	57
Ocorrência de crase	64
O uso dos porquês	68
Pontuação	70
Questões	75
Gabarito.....	88

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICA

Conjuntos Numéricos: Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais, Reais - propriedades, operações, representação geométrica	1
Equações e inequações: 1º grau, 2º grau	19
Funções: função polinomial do 1º grau, função polinomial do 2º grau.....	28
Sistemas lineares	37
Análise Combinatória	41
Probabilidade.....	46
Estatística	50
Razão e proporção	56

SUMÁRIO



Regra de três.....	58
Matemática Financeira: juros simples e compostos, descontos, taxas proporcionais. porcentagem, taxas de acréscimo e decréscimos	60
Geometria Plana: ângulos, polígonos, triângulos, quadriláteros, círculo, circunferência, polígonos regulares inscritos e circunscritos, unidades de medida. Propriedades, perímetro e área.....	67
Geometria Espacial: áreas e volume. Unidades de medida.....	84
Raciocínio lógico	96
Aplicação dos conteúdos anteriormente listados em situações cotidianas.....	103
Questões	108
Gabarito.....	117

CONHECIMENTOS GERAIS

Dados e fatos do cenário nacional e internacional que envolvem os seguintes aspectos: Aspectos socioeconômicos: história, geografia, política, economia, descobertas e inovações científicas e tecnológicas, educação, saúde, meio-ambiente e esportes. Aspectos socioculturais: música. Literatura, artes, arquitetura, rádio cinema, teatro, televisão e gastronomia.....	1
Aspectos gerais sobre o município deste certame: história, população, trabalho e rendimento, educação, saúde, território e meio-ambiente, tendo como base dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).....	5
Questões	14
Gabarito.....	19

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL E GERAL

Lei orgânica municipal.....	1
A Administração Pública: princípios da Administração Pública	45
Poderes administrativos	52
Atos administrativos	62
Licitações e contratos administrativos.....	82
Serviços públicos.....	130
Servidores públicos: regime especial, regime trabalhista, expediente funcional e organizacional; Emprego, emprego e função pública	149
Órgãos públicos.....	167
Improbidade administrativa	170
Processo administrativo	183

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Constituição da República Federativa do Brasil: dos Princípios Fundamentais – arts. 1º ao 4º	189
Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos – art. 5º; dos Direitos Sociais – arts. 6º ao 11º; da Nacionalidade – arts. 12º e 13º	191
Questões	204
Gabarito	210

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS POR OCUPAÇÃO

Legislação específica: Código de Ética profissional e Resoluções vigentes	1
Conteúdo geral: Fundamentos de Terapia Ocupacional: conceituação. Histórico e evolução. Objetivos gerais. Modelos e processos em Terapia Ocupacional.....	10
Terapia Ocupacional nas disfunções físicas: princípios básicos do tratamento: avaliação, objetivos, seleção e análise de atividades. Programa de tratamento	17
Cinesioterapia aplicada: grupos de ação muscular, tipos de tratamento muscular, tipos de movimento. Reeducação muscular. Facilitação neuromuscular, proprioceptiva (princípios, técnicas básicas). Tratamento da coordenação (causas de incoordenação). Tipos de preensão. Mobilização das articulações, causas de rigidez articular, finalidades do tratamento, lesões articuladas, contraturas e aderências, determinação da mobilidade articular.....	24
Atividades da vida diária (AVDs): no leito, na cadeira de rodas, transferências, higiene, alimentação, vestuário, deambulação e transporte	31
Atividades de vida prática (AVPs): próteses, órteses e adaptações (finalidades e tipos).....	37
Terapia Ocupacional aplicada às condições neuro musculoesquelético	42
Terapia Ocupacional Neurológica.....	48
Terapia Ocupacional Neuropediátrica	54
Terapia Ocupacional na pediatria	60
Terapia Ocupacional na saúde do trabalhador.....	65
Terapia Ocupacional na Cardiologia.....	71
Terapia Ocupacional nos cuidados paliativos.....	77
Terapia Ocupacional Reumatológica.....	83
Terapia Ocupacional Traumato-ortopédica.....	89
Terapia Ocupacional Geriátrica e Gerontológica.....	95
Terapia Ocupacional em Psiquiatria e Saúde Mental.....	101
Terapia Ocupacional e a reabilitação psicossocial.....	107
Terapia Ocupacional na Reabilitação Baseada na Comunidade	112
Terapia Ocupacional na área social	118
Terapia Ocupacional na educação	124

SUMÁRIO



A importância do terapeuta ocupacional na equipe interdisciplinar. Trabalho multi e interdisciplinar.....	130
Reabilitação: conceito, objetivos, processo e equipe técnica	135
Questões	141
Gabarito.....	146

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS SOBRE SAÚDE

Legislação da saúde: Constituição da República Federativa do Brasil - Título VIII – Da ordem social – Capítulo I e II – Seção I e II.....	1
Lei Federal n.º 8.080/1990 - Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.....	6
Legislação da saúde para áreas/segmentos específicos: Portaria GM/MS 399/2006 – Divulga o Pacto pela Saúde - Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto.....	26
Portaria GM/MS n.º 699/2006 - Regulamenta as Diretrizes Operacionais dos Pactos Pela Vida e de Gestão.....	27
Portaria GM/MS n.º 372/2007 - Altera a Portaria 699/GM, que Regulamenta as Diretrizes dos Pactos pela Vida e de Gestão	32
Decreto nº 7.508/2011 – regulamenta a Lei nº 8.080/1990, dispondo sobre a organização do SUS, planejamento da saúde, assistência e articulação interfederativa.....	33
Lei nº 11.350/2006 – regulamenta as atividades dos Agentes Comunitários de Saúde e de Endemias, Política Nacional de Humanização (PNH).....	40
Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) – atualmente na Portaria nº 2.436/2017, Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS)	49
Normas de biossegurança (NR-32 – Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde).....	82
Lei nº 10.216/2001 – Lei da Reforma Psiquiátrica (direitos das pessoas com transtornos mentais e redirecionamento do modelo assistencial).....	82
Lei nº 13.146/2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Brasileira de Inclusão)	84
Lei nº 12.764/2012 – institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA)	116
Lei nº 13.438/2017 – inclui a obrigatoriedade de protocolos para detecção precoce de risco ao desenvolvimento psíquico infantil	119
Lei nº 13.935/2019 – prevê a prestação de serviços de Psicologia e Serviço Social nas redes públicas de educação básica.....	119
Lei nº 14.254/2021 – dispõe sobre o acompanhamento integral de educandos com dislexia e TDAH na educação básica.....	120



Política Nacional de Saúde Mental (Portaria GM/MS nº 3.088/2011) – institui a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).....	121
Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC, Portaria nº 1.130/2015) – abrange crianças com condições atípicas	128
Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008, atualizações em debate)	129
Diretrizes para a Atenção à Pessoa com TEA no SUS (Ministério da Saúde) – organizam fluxos de atendimento e cuidado interdisciplinar	129
Questões	130
Gabarito.....	136



A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

CONCEITO DE COMPREENSÃO

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.

► A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário:** O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.
- **Sintaxe:** A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.
- **Coesão e coerência:** são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

► A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textos não-verbais, que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.



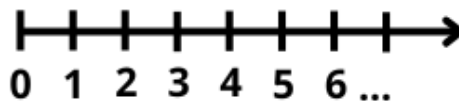
CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS ($\mathbb{N}$)

O conjunto dos números naturais é simbolizado pela letra N e compreende os números utilizados para contar e ordenar. Esse conjunto inclui o zero e todos os números positivos, formando uma sequência infinita.

Em termos matemáticos, os números naturais podem ser definidos como $\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$

O conjunto dos números naturais pode ser dividido em subconjuntos:

- $\mathbb{N}^* = \{1, 2, 3, 4, \dots\}$ ou $\mathbb{N}^* = \mathbb{N} - \{0\}$: conjunto dos números naturais não nulos, ou sem o zero.
- $\mathbb{N}_p = \{0, 2, 4, 6, \dots\}$, em que $n \in \mathbb{N}$: conjunto dos números naturais pares.
- $\mathbb{N}_i = \{1, 3, 5, 7, \dots\}$, em que $n \in \mathbb{N}$: conjunto dos números naturais ímpares.
- $\mathbb{P} = \{2, 3, 5, 7, \dots\}$: conjunto dos números naturais primos.



► Operações com Números Naturais

Praticamente, toda a Matemática é edificada sobre essas duas operações fundamentais: adição e multiplicação.

Adição

A primeira operação essencial da Aritmética tem como objetivo reunir em um único número todas as unidades de dois ou mais números.

Ex.: $6 + 4 = 10$, onde 6 e 4 são as parcelas e 10 é a soma ou o total.

Subtração

É utilizada quando precisamos retirar uma quantidade de outra; é a operação inversa da adição. A subtração é válida apenas nos números naturais quando subtraímos o maior número do menor, ou seja, quando $a - b$ tal que $a \geq b$.

Exemplo: $200 - 193 = 7$, onde 200 é o Minuendo, o 193 Subtraendo e 7 a diferença.

Obs.: o minuendo também é conhecido como aditivo e o subtraendo como subtrativo.

Multiplicação

É a operação que visa adicionar o primeiro número, denominado multiplicando ou parcela, tantas vezes quantas são as unidades do segundo número, chamado multiplicador.

Exemplo: $3 \times 5 = 15$, onde 3 e 5 são os fatores e o 15 produto.

3 vezes 5 é somar o número 3 cinco vezes:

$$3 \times 5 = 3 + 3 + 3 + 3 + 3 = 15.$$

Podemos no lugar do "x" (vezes) utilizar o ponto ".", para indicar a multiplicação.



A IMPORTÂNCIA DE COMPREENDER O CENÁRIO NACIONAL E INTERNACIONAL

Compreender o cenário nacional e internacional é essencial para interpretar a realidade em que vivemos. Os acontecimentos políticos, econômicos, sociais, ambientais, científicos e culturais não ocorrem de forma isolada. Eles estão conectados por relações históricas, geográficas, tecnológicas e humanas que influenciam diretamente a vida das pessoas, das comunidades e dos países.

No mundo contemporâneo, uma decisão econômica tomada por uma grande potência pode afetar o preço dos alimentos, dos combustíveis e dos produtos industrializados em diversos países. Um conflito em determinada região pode gerar aumento nos gastos militares, deslocamento de populações, crises humanitárias e instabilidade no comércio internacional. Uma inovação tecnológica pode transformar o mercado de trabalho, mudar a forma como as pessoas se comunicam e alterar hábitos de consumo, estudo e lazer.

Da mesma forma, questões nacionais também precisam ser analisadas de maneira ampla. Problemas como desigualdade social, desemprego, inflação, violência, acesso à saúde, qualidade da educação, preservação ambiental e moradia não dependem apenas de ações individuais. Eles estão relacionados a decisões políticas, modelos econômicos, investimentos públicos, distribuição de renda, planejamento urbano e participação da sociedade.

O estudo dos dados e fatos do cenário nacional e internacional permite desenvolver uma visão crítica sobre o mundo. Isso significa não apenas conhecer acontecimentos, mas compreender suas causas, consequências e relações. Saber que houve uma crise econômica, por exemplo, é importante; porém, mais importante ainda é entender por que ela ocorreu, quem foi mais afetado, quais medidas foram adotadas e quais impactos ela gerou na sociedade.

Nesse contexto, os aspectos socioeconômicos envolvem temas como história, geografia, política, economia, educação, saúde, meio ambiente, ciência, tecnologia e esportes. Já os aspectos socioculturais abrangem manifestações como música, literatura, artes, arquitetura, rádio, cinema, teatro, televisão e gastronomia. Todos esses elementos ajudam a formar a identidade dos povos e revelam como as sociedades se organizam, pensam, produzem, consomem e se expressam.

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS: HISTÓRIA, GEOGRAFIA, POLÍTICA E ECONOMIA

Os aspectos socioeconômicos ajudam a explicar como as sociedades se formam, se transformam e enfrentam seus desafios. A história permite compreender os processos que deram origem às estruturas atuais. A geografia mostra como o espaço é ocupado e utilizado. A política revela como o poder é organizado e disputado. A economia analisa a produção, a distribuição e o consumo de bens e serviços.

A história é fundamental para entender o presente. No caso brasileiro, por exemplo, muitos problemas atuais estão ligados à formação histórica do país, marcada pela colonização, pela exploração de recursos naturais, pela escravidão, pela concentração de terras e pela desigualdade social. Esses elementos deixaram marcas profundas na organização da sociedade, na distribuição de renda, nas relações de trabalho e no acesso a direitos.

No cenário internacional, a história também explica disputas entre países, alianças políticas, conflitos territoriais, movimentos migratórios e desigualdades entre regiões do mundo. Guerras, colonizações, revoluções, processos de independência e disputas econômicas ajudaram a construir a ordem mundial atual. Por isso, fatos contemporâneos frequentemente têm raízes em acontecimentos antigos.

**LEI ORGÂNICA Nº 1, DE 31 DE MARÇO DE 1990.****LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE ANDRADINA**

Nós, representantes da comunidade andradinense, reunidos na Câmara Constituinte Municipal, sob a proteção de Deus e inspirados nos princípios Constitucionais da República e do Estado, e no ideal de a todos assegurar democracia, solidariedade, desenvolvimento, justiça e bem estar social, promulgamos a Lei Orgânica do Município de Andradina

TÍTULO I
DA ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL**CAPÍTULO I**
DO MUNICÍPIO**SEÇÃO I**
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º O Município de Andradina é pessoa jurídica de direito público; interno, integrante da República Federativa do Brasil e do Estado de São Paulo, no pleno uso de sua autonomia política, normativa, administrativa e financeira, exercendo competências que não lhe são vedadas pelas Constituições Federal e Estadual e por esta Lei Orgânica.

Art. 2º A Lei Orgânica estabelecerá procedimentos em caráter de Constituição Municipal, respeitados os dispositivos constitucionais.

Art. 3º São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

Parágrafo único. São símbolos do Município: a Bandeira, o brasão de armas ou emblema heráldico, e o Hino, conforme lei que os estabelecer.

Art. 4º Constituem bens do Município todos os móveis e imóveis, direitos e ações que a qualquer título lhe pertençam.

Art. 5º A sede do Município dá-lhe o nome e tem a categoria de cidade.

Art. 6º A Lei Complementar determinará as divisas e confrontações do território do Município.

SEÇÃO II
DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO

Art. 7º O Município poderá dividir-se, para fins administrativos, em Distritos, mediante Lei Municipal atendidos os requisitos previstos na Legislação Federal e Estadual, garantindo a participação popular.



RESOLUÇÃO COFFITO Nº425, DE 08 DE JULHO DE 2013

Estabelece o Código de Ética e Deontologia da Terapia Ocupacional

O Plenário do Conselho Federal de Fisioterapia e de Terapia Ocupacional, no exercício de suas atribuições, nos termos das normas contidas no artigo 5º, incisos II e XI, da Lei Federal nº 6.316 de 17 de dezembro de 1975, em sua 232ª Reunião Plenária Ordinária, realizada em 08 de Julho de 2013, na Sede do COFFITO, em Brasília – DF, **R E S O L V E** aprovar o Código de Ética e Deontologia da Terapia Ocupacional, nos termos das normas contidas na presente Resolução:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º – O Código de Ética e Deontologia da Terapia Ocupacional, trata dos deveres do terapeuta ocupacional, no que tange ao controle ético do exercício de sua profissão, sem prejuízo a todos os direitos e prerrogativas assegurados pelo ordenamento jurídico.

§ 1º: Compete ao Conselho Federal de Fisioterapia e de Terapia Ocupacional zelar pela observância dos princípios deste código, funcionar como Conselho Superior de Ética e Deontologia Profissional, além de firmar jurisprudência e atuar nos casos omissos.

§2º: Compete aos Conselhos Regionais de Fisioterapia e de Terapia Ocupacional, em suas respectivas circunscrições, zelar pela observância dos princípios e diretrizes deste código, e funcionar como órgão julgador em primeira instância.

§ 3º: A fim de garantir a execução deste Código de Ética e Deontologia da Terapia Ocupacional, cabe aos inscritos e aos interessados comunicar e observar as normas relativas ao Código de Processo Ético para que os Conselhos Regionais e Federal de Fisioterapia e de Terapia Ocupacional, possam atuar com clareza e embasamento, fatos que caracterizem a não observância deste Código de Ética.

Artigo 2º – O profissional que infringir o presente código, se sujeitará às penas disciplinares previstas na legislação em vigor.

CAPÍTULO II

DAS RESPONSABILIDADES FUNDAMENTAIS

Artigo 3º – Para o exercício profissional da Terapia Ocupacional é obrigatória a inscrição no Conselho Regional da circunscrição em que atuar na forma da legislação em vigor, mantendo, obrigatoriamente, seus dados cadastrais atualizados junto ao sistema COFFITO/CREFITOS.

§ 1º: O terapeuta ocupacional deve portar sua identificação profissional sempre que em exercício.

§ 2º: A atualização cadastral deve ocorrer minimamente a cada ano, respeitadas as regras específicas quanto ao recadastramento nacional.

Artigo 4º – O terapeuta ocupacional presta assistência ao ser humano, tanto no plano individual quanto coletivo, participando da promoção, prevenção de agravos, tratamento, recuperação e reabilitação da sua saúde e cuidados paliativos, bem como estabelece a diagnose, avaliação e acompanhamento do histórico ocupacional de pessoas, famílias, grupos e comunidades, por meio da interpretação do desempenho ocupacional dos papéis sociais contextualizados, sem discriminação de qualquer forma ou pretexto, segundo os princípios do sistema de saúde, de assistência social, educação e cultura, vigentes no Brasil.

**DA ORDEM SOCIAL**

O Título VIII da Constituição cuida da Ordem Social, elencada em seus artigos 193 a 232.

Chamamos a atenção para o fato de que referente ao assunto supracitado, os concursos públicos cobram do candidato a literalidade do texto legal, portanto, é importante conhecer bem todos os artigos deste capítulo em sua integralidade!

**TÍTULO VIII
DA ORDEM SOCIAL****CAPÍTULO I
DISPOSIÇÃO GERAL**

Art. 193. A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem - estar e a justiça sociais.

Parágrafo único. O Estado exercerá a função de planejamento das políticas sociais, assegurada, na forma da lei, a participação da sociedade nos processos de formulação, de monitoramento, de controle e de avaliação dessas políticas. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020))

No tocante à Seguridade Social, segue um processo mnemônico para ser utilizado como técnica de auxílio no processo de memorização:

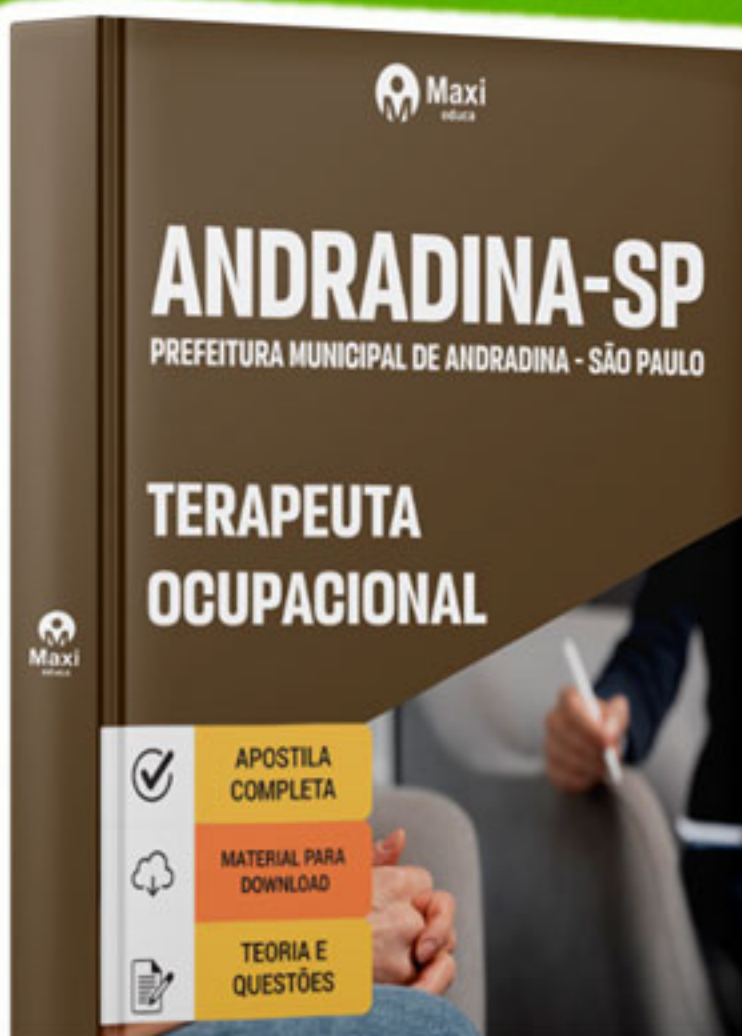
Seguridade Social	
P	Previdência Social
A	Assistência Social
S	Saúde

**CAPÍTULO II
DA SEGURIDADE SOCIAL****SEÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

- I - universalidade da cobertura e do atendimento;
- II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
- III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;



GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu DESCONTO ESPECIAL!

QUERO MINHA APROVAÇÃO!